



VILAREALSTºANTONIO

1
A

ATA Nº. 13/2015

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 25 DE MAIO DE 2015.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2015, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas dezassete horas e trinta minutos, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, Luís Miguel Cristo Salvador Salas e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL PREVISTO NA LEI Nº 53/2014, DE 25 DE AGOSTO.



H

DELIBERAÇÃO: - Foi tomada a seguinte deliberação:

APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL PREVISTO NA LEI Nº 53/2014, DE 25 DE AGOSTO.

Pelo Sr. Vereador David Murta foi dito que a proposta é muito má para ser verdade. Disse que não percebe como é que em apenas um ano se tenha conseguido realizar cerca de 14 milhões de euros de dívida nova, no seguimento dos documentos apresentados pela Direção Geral das Autarquias Locais.

Questionou como é que a Câmara Municipal, no atual cenário económico, tenciona pagar as dívidas sem ter receita e manifestou grande preocupação, pois ainda nem se está a pagar os reembolsos dos anteriores empréstimos contraídos via PAEL e PRF. Referiu ainda que foi garantido pelo Executivo PSD que os empréstimos resolveriam definitivamente a situação de desequilíbrio de curto prazo das contas municipais mas esta proposta vem demonstrar precisamente o contrário.

Mencionou que fazer boa política social não é só olhar para o presente, tem também de se pensar no futuro. Disse ainda que na vida pública é preciso saber fazer escolhas, e que o executivo PSD com as decisões que tomou vai causar graves prejuízos a todos os agentes económicos e sociais do Concelho no futuro. Referiu que tal demonstra bem a falta de responsabilidade política, social e económica na gestão da causa pública, designadamente pelo legado negativo que deixa para as gerações futuras.



H

Referiu também o Sr. Vereador que com a adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) se pode estar perante o “óbito” da social-democracia no Concelho, tal qual se conhece, destacando os seguintes pontos: concessão a privados da prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana; lançamento da concessão a privados da atividade de gestão e venda de água e saneamento; agravamento das despesas para clubes e associações; cedência de pessoal no âmbito da concessão da prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, que poderá levar a despedimentos; ponderação do desenvolvimento de programas de rescisão por mútuo acordo - despedimentos; manutenção de todas as taxas municipais durante trinta anos (o que penalizará, sobretudo, a classe média); aumento do preço da água; identificação e quantificação de novos impostos municipais, como se já não bastasse o Município aplicar as mais altas taxas de licenciamento para empresas; cancelamento do contrato de gestão das águas e saneamento com a Empresa Municipal VRSA-SGU – despedimentos na empresa municipal; lançamento de outras concessões/privatizações, designadamente do centro histórico e complexo desportivo; aumento das rendas na habitação social.

Por fim, disse que o Partido Socialista alertou durante anos que se deveriam tomar medidas para não se chegar a esta situação e pediu ao Sr. Presidente para explicar como é que pensa pagar grande parte da dívida até final do mandato, tal como referiu na recente entrevista ao Jornal do Algarve.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que o Governo primeiro retirou as verbas aos municípios e agora empresta com juros. Disse que quando foi apresentada a proposta referente ao PAEL alertou que era uma má decisão, pois era uma intromissão na autonomia do poder local, não garantindo a total reestruturação financeira do Município, e agora o Fundo de Apoio Municipal (FAM) vem liquidar qualquer veleidade dessa autonomia.

Handwritten signature and initials in black and blue ink.

Disse que para a CDU há uma muito má gestão do atual Executivo e entende que o FAM é um “garrote” que asfixia os municípios, havendo por parte do Governo, ao aplicar esta normativa, uma exigência para os municípios cumprirem a dívida não se preocupando com qualquer outro tipo de questão.

Referiu ainda que embora o Sr. Presidente tivesse dito o contrário, para a CDU há graves consequências para as gerações futuras com a aprovação deste Fundo que tal como o PAEL, o Reequilíbrio e outros instrumentos de apoio não resolvem o problema do Município. Aludiu que para a CDU a única forma de resolver a grave situação financeira do Município é com investimento produtivo que origine a criação de postos de trabalho.

Mencionou ainda o Sr. Vereador que como Autarca com diversos anos em funções se sente muito infeliz com a verificação desta proposta e mencionou que este dia marcará muito negativamente o concelho de Vila Real de Santo António para o futuro, expondo que para a CDU só se o Governo for substituído nas próximas eleições é que se poderá introduzir uma nova política que altere o atual panorama.

Finalmente, disse que a CDU recusa o acesso da submissão da proposta ao Fundo de Apoio Municipal, por não ser obrigatório para a Câmara Municipal, vindo o mesmo a impor o aumento de taxas, a possibilidade de privatização de serviços municipais, a alienação ou concessão do património ou serviços, podendo dar-se o caso do desaparecimento da VRSA-SGU, que representa já uma fatia importante do património construído com o sacrifício de gerações de vilarealenses.



A

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o acesso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e a aprovação da proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), verificados os pressupostos necessários à aplicação da Lei 53/2014, de 25 de agosto, de acordo com a documentação em anexo, e remeter a proposta de Programa de Ajustamento Municipal para a direção executiva do Fundo de Apoio Municipal para aprovação, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pelo Senhor Vereador José Cruz foi apresentada a sua declaração de voto, documento que fica anexo ao final da ata.

- Pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 18.00 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

